

DECISÃO III ANIMAIS

# Alckmin veta projeto que proíbe o uso de cobaias

Governador alega prejuízo irreparável a profissionais e pesquisas

Inaê Miranda  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
inae.miranda@rac.com.br

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) vetou ontem o projeto de lei que proíbe a utilização de animais em atividades de ensino e de formação profissional no Estado de São Paulo. O projeto batizado de “Lei Anticobaias” havia sido aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em 22 de junho e nas últimas semanas vários ofícios foram enviados ao governador pedindo o veto total com a justificativa de que a sanção traria “irreparável prejuízo à capacitação e à formação dos profissionais”. Autor da medida, o deputado Feliciano Filho (PSC), lamentou a decisão do governador, mas afirmou que pretende trabalhar para derrubar o veto.

## Deputado Feliciano Filho considerou os argumentos arcaicos

A iniciativa restringe o uso de animais pelas instituições às hipóteses de estudos observacionais em campo e para fins de diagnose e terapia de pacientes reais; aulas de semiologia; utilização de cadáveres adquiridos eticamente; e material biológico obtido de maneira ética.

Na decisão, Alckmin disse que reconhece os objetivos do deputado, “inspirados na incensurável preocupação com o bem-estar animal e a observância de preceitos éticos no seu uso em atividades de ensino e formação profissional”, mas se via compelido a recusar a sanção. Entre as razões, considerou que a Constituição Federal não proíbe a utilização de animais em nenhum tipo de atividade, ressaltando, a obrigação do poder público de

**“Existe um esforço enorme de uso mínimo de animais na área do ensino, mas infelizmente esse uso ainda é imprescindível.”**

MUNIR SKAF

Professor da Unicamp



Deputado estadual Feliciano Filho (PSC), autor do projeto, anunciou que vai trabalhar para derrubar o veto

proteger e defender a fauna, vedando práticas que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Também diz que ao Estado cabe apenas a edição de norma complementar para disciplinar especificidades locais e preenchimentos de eventuais lacunas da legislação federal e considerou que o projeto extrapola essa autorização constitucional, pois se destina a substituir — e não suplementar — as regras gerais editadas pela União que autorizam e disciplinam a utilização de animais em atividades de ensino.

Além disso, diz que o projeto invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo ao determinar a execução de ações concretas a empregar órgãos, servidores e recursos estaduais; e afronta o princípio da separação de funções entre os Poderes. Ele concluiu citando o posicionamento contrário das Secretarias de Estado do Meio Ambiente, da Agricultura e Abastecimento e da Saúde, das três universidades estaduais, entre elas Unicamp, além do Conselho Regional de Medicina Veterinária, que en-

tendem que a sanção do veto traria “irreparável prejuízo à capacitação e à formação dos profissionais”.

O professor Munir Skaf, da Pró-Reitoria de Pesquisa da Unicamp, afirmou que foi uma decisão sábia do governador, pois ouviu os setores mais qualificados do meio acadêmico, incluindo as universidades, conselho de medicina veterinária entre outros. “Volto a enfatizar que existe um esforço enorme de fazer uso mínimo de animais na área do ensino, mas infelizmente esse uso ainda é imprescindível”. Ressaltou que o uso é feito de maneira responsável, controlada. “É um avanço para a sociedade em geral, afinal o bem-estar da população e dos próprios animais através dos cuidados veterinários dependem de uma boa formação acadêmica”.

### Feliciano

O deputado Feliciano lamentou a decisão do governador e disse que pretende batalhar para derrubar o veto. Considerou que o governador cometeu um erro grave ao ouvir apenas as universidades esta-

duais, desconsiderando posições de especialistas renomados, como a docente da USP Júlia Matera e a promotora Vânia Tuglio do Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais e de Parcelamento Irregular do Solo (Gecap) e de universidades brasileiras que deixaram de usar animais no ensino, em consonância com universidades de países desenvolvidos como Estados Unidos, Alemanha, Canadá e Inglaterra.

O deputado também apresentou ao governador uma relação de 202 universidades que compõem 100% das universidades do Canadá e Estados Unidos que não usam animais e considerou os argumentos usados por Alckmin “arcaicos”. “Preferiu ouvir três universidades do Estado, em vez de ouvir dez que não fazem mais uso de animais e que seguem o que já acontece no mundo”. Concluiu dizendo que vai trabalhar para derrubar o veto e que o governador se comprometeu diante de sete testemunhas a não interferir no processo. “Se ele cumprir a palavra, acredito que tenho maioria para derrubar o veto”.

Cedoc/RAC